



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação

---

**DO ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO À MOBILIZAÇÃO CÍVICA: O POTENCIAL DAS REDES SOCIAIS**

---

MORAIS, Ricardo

Mestre em Jornalismo

Universidade da Beira Interior

ricardo.morais@labcom.ubi.pt

---

SOUSA, João Carlos de

Licenciado em Sociologia

Universidade da Beira Interior

joao.sousa@labcom.ubi.pt



## Resumo

A participação dos cidadãos através das novas tecnologias tem marcado os estudos mais recentes sobre comunicação e democracia. A participação cívica e política, através da Internet, surgem-nos neste contexto como o objecto de estudo. Contudo, nos últimos anos tem sido dedicada atenção especial às associações e aos seus efeitos no plano político, entendendo-as enquanto mecanismos de representação de determinados interesses. Consideramos que este trabalho vai ao encontro de recentes recomendações de alguns estudos na área do associativismo e da democracia, segundo os quais é necessário "(...) continuar a investir na produção de conhecimento analítico sobre o universo associativo português", nomeadamente indagando "(...) em que medida a adesão a modalidades de associativismo novas, menos orgânicas e não baseadas na integração hierárquica dos seus membros, está a crescer e o que significa esse crescimento eventual" (Viegas, Faria e Santos, 2010, p. 178).

É no seguimento deste conjunto de estudos que procuramos desenvolver o nosso trabalho, refletindo sobre o papel das associações e o envolvimento associativo na democracia e muito particularmente sobre as alterações que o desenvolvimento das novas tecnologias, e em particular a Internet, trouxeram ao movimento associativo. Nesta medida, questionamos se a integração nas redes sociais, na Internet, se assumem como mecanismos alternativos de associação e capacitação dos sujeitos para a intervenção cívica?

Assim, na primeira parte do trabalho será realizado o estado da arte do fenómeno associativo. Num segundo momento, pretende-se verificar até que ponto o envolvimento associativo tem vindo a sofrer mudanças no âmbito das novas plataformas da Internet. Neste sentido, desenvolvemos uma análise exploratória quanto à presença de associações nas redes sociais, e de seguida questionamos os responsáveis das associações no sentido de perceber o entendimento destes em relação ao papel das novas tecnologias e em particular das redes sociais para o envolvimento associativo e mobilização cívica.

## Abstract

The participation of citizens through new technologies has marked the most recent studies on communication and democracy. The civic and political participation through the Internet, emerge, in this context, as the object of study. However, in recent years special attention has been devoted to the associations and their effects on the political level, understanding these as mechanisms of representation of certain interests. We believe that this work will meet the recommendations of some recent studies in the field of associations and democracy, according to which it is necessary "(...) continue investing in the production of analytical knowledge about the universe of Portuguese associations," in particular wondering "(...) to what extent the adherence to new forms of associations, less organic and not based on hierarchical integration of its members, is growing and what means this increase" (Viegas, Faria e Santos, 2010, p. 178).

It is following this set of studies that we seek to develop our work, reflecting on the role of associations and associational involvement in democracy and particularly on the changes that the development of new technologies, and particularly the Internet, brought to the associative movement. In this respect, we question whether integration into social networking sites, can be seen as an alternative mechanism of association and training for individuals for civic intervention? Thus, in the first part of the work will be done the state of the art of associative phenomena. Secondly, we intend to verify to what extent the associational involvement has been undergoing changes under the new Internet platforms. In this sense, we developed an exploratory analysis regarding the presence of associations in social networks, and then we question the leaders of associations in order to realize the understanding of the role of these new technologies and in particular social networks for associational involvement and civic mobilization.

Palavras-chave: Associações; Redes Sociais; Mobilização; Participação; Internet

Keywords: Associations; Social Networks; Mobilization; Participation; Internet

[ PAP0020 ]



## 1. Introdução

Foi a 12 de Março de 2011 que Portugal assistiu a uma das maiores manifestações dos últimos anos. Maior não apenas pelos números, embora muito significativos, uma vez que cerca de meio milhão de pessoas das mais variadas gerações saiu à rua, mas sobretudo porque se considera que se abriu uma nova etapa na intervenção política dos cidadãos. O “Protesto Geração à Rasca”, como ficou conhecido, nasceu nas redes sociais e foi aí que cresceu, com os apelos feitos e os convites enviados às redes de contactos no sentido de marcarem presença na manifestação. As respostas não tardaram e a manifestação mostrou “vitalidade da sociedade civil”, mas sobretudo constituiu-se como uma resposta face às políticas e às instituições tradicionais, demonstrando que “(...) as forças de baixo para cima ainda não desistiram e que a nova geração percebeu que é preciso não soluções individuais, mas diversos grupos a agir como colectivo” (Estateque, 2011).

Para lá da resposta às políticas seguidas no país, um dos aspetos mais importantes da manifestação, e por isso mais estudado, está inegavelmente relacionado com a forma como todo o protesto foi organizado e com o papel que a *Internet* e em particular as redes sociais tiveram em todo o processo. Foi a partir deste e de outros exemplos como a Primavera Árabe, Occupy, Movimento dos Indignados, etc., que este trabalho foi projetado. Assim, centramo-nos no associativismo, uma vez que após o protesto constituíram-se formalmente novos movimentos, como o M12M (Movimento 12 de Março), o Movimento Cívico Geração à Rasca, entre outros que proliferaram nas redes sociais.

Com base nestas ideias, neste trabalho procuramos analisar de que forma a alteração das condições de comunicação e concretamente a expansão das redes sociais na *Internet* pode afetar a mobilização cívica em Portugal e conseqüentemente a forma como o movimento associativo atua, quando tem ao seu dispor meios tão poderosos, capazes de convocar e mobilizar cidadãos através das redes. Pretendemos portanto saber se as redes sociais se constituem como um novo mecanismo a ser considerado e utilizado pelas associações no sentido de captar e capacitar os sujeitos para a intervenção cívica.

Estas questões são tanto mais importantes quanto os índices de associativismo em Portugal continuam a registar níveis muito baixos e o exercício político atravessa uma série de transformações, desde a erosão da confiança nas instituições públicas até uma apatia participativa que se revela nos valores da abstenção nos últimos atos eleitorais<sup>1</sup>.

Consideramos que este trabalho enfatiza teórica e empiricamente uma problemática particularmente importante, uma vez que não apenas apela a uma reflexão sobre as potencialidades e os limites da *Internet* e das redes sociais para os movimentos sociais, como ao mesmo tempo convoca as próprias associações a envolverem-se e a refletirem, também elas, sobre os efeitos da utilização destas tecnologias nas dinâmicas sociais e políticas que configuram as sociedades, contribuindo para o conhecimento sobre o alcance das novas tecnologias e do seu poder para a ação coletiva.

## 2. A importância do movimento associativo na democracia

Falar do movimento associativo e da sua importância no contexto democrático é retomar uma discussão antiga e é necessariamente fazer uma viagem àquela que é considerada a principal obra de Alexis Tocqueville (2001): “Da Democracia na América”. Nesta obra as associações são encaradas, por um lado, como formas de combate ao individualismo e, por outro, de fomento do interesse dos cidadãos pelos assuntos de interesse coletivo, estimulando a sua intervenção cívica. Entre estes aspetos, importa ainda realçar aquele que é considerado um dos princípios fundamentais, a adesão voluntária, enquanto produto da liberdade de escolha do indivíduo, o que contribui necessariamente para que as associações reúnam elementos de condições diferentes atenuando deste modo o efeito das clivagens sociais (apud Viegas et al., 2010, pp. 157-159).

Para além de precursor, Tocqueville foi também responsável por ter despoletado um conjunto de estudos que prestam especial atenção às associações e aos seus efeitos no campo político. É em 1963 que Gabriel

Almond e Sidney Verba com “*The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*” elaboram o primeiro estudo extensivo sobre a cultura cívica dos cidadãos de cinco diferentes países. Este vai mais longe do que os seus antecessores ao considerar particularmente o tipo e o número de associações em que os indivíduos estão envolvidos, mas também em que consiste esse envolvimento, construindo desta forma uma base de dados que permitiu estabelecer a relação entre as associações e a mobilização e participação cívica (Viegas et al., 2010, p. 159). Os autores americanos consideram então que o envolvimento com várias associações, uma participação ativa e a escolha de movimentos que são muitas vezes políticos, está diretamente relacionada com o perfil dos indivíduos, ou seja, existe uma predisposição para o envolvimento associativo por parte daqueles que já têm valores, atitudes e índices de cultura cívica mais elevada (Almond & Verba, 1963, pp. 300-320).

Se a obra de Tocqueville é ainda hoje uma referência no estudo do movimento associativo, Almond e Verba, por sua vez, podem ser considerados os responsáveis pela vaga de estudos empíricos sobre as associações e a mobilização cívica que foi desencadeada a partir dos seus trabalhos. Entre estes estudos merece destaque o trabalho de Putnam (1993, 2000), uma vez que o cientista político conduziu um conjunto de trabalhos de campo que o levaram a estabelecer uma relação direta e positiva entre a ideia de capital social e o funcionamento do sistema político. O autor considera portanto que a apatia participativa, evidente nos níveis de abstenção nas eleições, a erosão da confiança em relação às instituições políticas, está diretamente relacionada com a diminuição dos índices de participação associativa (Viegas et al., 2010, p. 160). O que releva deste aspeto é fundamentalmente o postulado, em que podemos olhar para a própria qualidade da vida democrática e cívica de uma comunidade, tomando como indicador privilegiado a atividade associativa dos seus membros. Promovendo deste modo, de acordo com a argumentação proposta por Ana Delicado (2003, p. 233) maiores índices de coesão social, bem como de cultura cívica.

Do ponto de vista sociológico, emerge uma questão de todo nevrálgica que se reporta ao papel articulador e de potenciador do associativismo enquanto manifestação cívica e política da promoção do “capital social”. Tal como advoga Coleman (1990) “(...) o capital social constitui uma componente básica de uma lógica de acção que facilita a cooperação social e a obtenção de bens colectivos correntes (...)” (in Halman, 2003, p. 259). Fica deste modo bem patente a importância e o carácter relacional do movimento associativo e o seu contributo para a qualidade da democracia.

### **3. A heterogeneidade do universo associativo**

Uma vez considerada a importância das associações para a democracia, não podemos ignorar que, de acordo com os ideais e interesses que defendem, existem diferentes associações, variadas formas de os indivíduos se envolverem nestas, e uma pluralidade de efeitos para a ordem democrática. Neste ponto do trabalho procedemos a uma diferenciação dos tipos de associações.

Se à partida parece evidente que existem diferentes tipos de associações, a verdade é que não existe consenso no estabelecimento de uma tipologia das associações, uma vez que os critérios que presidem à criação das mesmas são muito variados, como refere José Manuel Leite Viegas (2010, p. 163), indo desde aspetos estritamente teóricos (Kriesi et al., 1995; Putnam, 2000) até análises essencialmente empíricas, em que os tipos de associações são definidos de acordo com as opções e preferências dos inquiridos. Apesar desta diversidade de abordagens, há autores que conseguem congregiar os esforços empreendidos pelas diferentes correntes com o intuito de criar um modelo abrangente e holístico. É precisamente neste sentido que Viegas refere o trabalho de Wessel (1997) e a distinção que este faz e que lhe permite concluir que existem três tipos de associações: as associações políticas, as associações que expressam os novos movimentos sociais e as associações de carácter sociocultural (apud Viegas, 2010, p. 164). Já Van Deth e Kreuter (1998), salienta Viegas, apesar de partilharem de algumas das ideias de Wessel, constroem uma tipologia com algumas diferenças, considerando as associações que expressam a nova agenda política, as associações de carácter social e as associações que expressam os interesses tradicionais, referindo-se aos partidos políticos e às organizações socioprofissionais.

No nosso caso em particular e no seguimento do trabalho realizado por Viegas (2004), que nos guiou ao longo desta investigação, optámos por considerar a divisão proposta pelo autor, que é constituída pelas associações de integração social, as associações de defesa de interesses de grupo e as associações que expressam os novos movimentos sociais. A opção por esta tipologia justificou-se por entendermos que é a que melhor se adapta ao contexto português, mas também porque no aprofundamento que o autor faz dos três tipos, com a indicação dos casos que integram cada um dos três grandes grupos, percebermos claramente qual a sua função na sociedade democrática.

Assim, na tipologia de Viegas (2010, p. 164), entre as associações de integração social encontram-se: as associações de solidariedade social, as associações religiosas, as associações desportivas, as associações culturais e recreativas, as associações de pais e as associações de moradores. Já no grupo das associações de defesa de interesses de grupo encontramos: os sindicatos, as ordens e associações profissionais, as associações de pensionistas e as associações empresariais e financeiras. Por fim, as associações que vão de encontro aos objetivos dos novos movimentos sociais integram: as associações de defesa dos direitos de cidadania, as associações de consumidores, as associações ecologistas e ambientais e as associações de defesa dos animais.

#### **4. Breve contextualização do movimento associativo em Portugal**

Historicamente considera-se que foi nos primórdios do século XIX que o associativismo em Portugal teve a sua primeira manifestação. Com a abolição das corporações no contexto da revolução liberal (através do decreto de 1834) e o início, ainda que tímido, de um ímpeto industrialista no nosso país, começam a emergir associações populares que procuram dar resposta às dificuldades quotidianas dos trabalhadores.

Mais tarde, e com a instauração da República, o associativismo ganha um novo impulso, nomeadamente através do apoio aos sindicatos agrícolas. Mas é a revolução de 25 de Abril de 1974 que abre definitivamente espaço para o associativismo, não apenas através do estímulo à participação popular, mas também porque a partir desta data existe um efetivo reconhecimento das liberdades e direitos de cidadania. Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, o movimento tem um forte desenvolvimento que se traduz no fortalecimento das organizações já existentes, mas também na criação de novas associações. Multiplicam-se então as oportunidades de participação da sociedade civil, através das organizações, em projetos e ações que foram sendo patenteadas no âmbito dos quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do país (1989-2006).

No entanto, o aumento da participação nas atividades associativas verifica-se sobretudo após o 25 de Abril, decrescendo nos anos seguintes como revelam os dados de um estudo realizado em 1993, que comparou os valores europeus e a identidade cultural entre Portugal e o resto da Europa (França, 1993). A maior parte dos portugueses, revela o estudo, não pertence então a nenhuma associação, podendo o incremento participativo que se seguiu à “revolução dos cravos” ser entendido sobretudo pela saída de um processo de repressão social e política no qual o país esteve submetido durante mais de quarenta anos.

São produzidos então vários estudos (Carvalho, 2002; Viegas, 2004) sobre os índices de associativismo na Europa, e Portugal aparece, invariavelmente, como um dos que regista os valores mais baixos por habitante. Uma das investigações mais recentes sobre esta matéria pertence ao sociólogo José Manuel Leite Viegas (2004), que fez parte de uma equipa que avaliou o envolvimento cívico nas diferentes democracias da Europa. No âmbito dessa rede de investigação Viegas reconheceu “*o nível mediano do envolvimento associativo dos portugueses (...)*” (Viegas, 2010, p. 165).

Ainda segundo os mesmos dados e considerando particularmente o envolvimento por tipo de associação, o autor revela que “*(...) em 2001, em Portugal, a implicação com associações sindicais e socioprofissionais, associações de pais e moradores e associações de defesa dos direitos de cidadania e valores era bastante reduzida quando confrontada com a registada em relação aos países do centro e norte da Europa (...)* As diferenças menores em relação aos países referidos, embora ainda significativas, verificaram-se em relação às associações de solidariedade social e religiosas e às associações desportivas e recreativas” (idem, p. 166). Outro dado importante que resultou deste inquérito teve que ver com o fato de permitir perceber que

para além da fraca participação dos portugueses, quando estes participavam era sobretudo em associações de integração social que, como salienta Viegas, são “*associações que se caracterizam (...) por terem um impacto pouco relevante no âmbito do debate na esfera pública*” (ibidem).

É considerando os diferentes dados que aqui foram apresentados mas também que estes baixos índices podem ser particularmente importantes num momento em que se fala cada vez mais de desinvestimento dos cidadãos na própria democracia, que no presente trabalho questionamos o papel que poderão ter as novas tecnologias da informação e da comunicação, e particularmente a *Internet* e as redes sociais, enquanto meios capazes de capacitar os sujeitos para a intervenção cívica, mobilizando-os para a ação coletiva.

## **5. A Internet, as redes sociais e o movimento associativo: potencialidades e limites**

No ponto anterior percebemos que o movimento associativo tem tido, ao longo dos anos, uma fraca expressão no nosso país. Muitas são as razões apontadas para justificar estes baixos índices de envolvimento, no entanto, grande parte dos autores (França, 1993; Carvalho, 2002; Viegas, 2004, 2010) partilha da ideia que a tardia aquisição do direito de livre associação e as fragilidades da democratização do sistema político foram, e continuam a ser, os principais responsáveis pelo afastamento dos portugueses em relação às associações. Neste contexto, às novas tecnologias, particularmente à *Internet* e nesta, às redes sociais, têm sido apontadas um conjunto de potencialidades no que diz respeito à “*(...) partilha de informação, à coordenação de ações e intervenções públicas e até a participação em processos de tomada de decisão*” (Bang & Sorensen, 2001 apud Viegas et al., 2010, p. 170).

Tendo por base esta hipótese de trabalho, procuramos nesta parte do artigo indagar sobre as reais potencialidades das redes sociais, procurando explorar as suas principais características e de que forma estas podem efetivamente funcionar enquanto mecanismos alternativos de associação e capacitação dos sujeitos para a intervenção cívica.

A importância dos meios de comunicação no contexto do movimento associativo não é um tema novo, uma vez que é amplamente reconhecido o papel que os *media* desempenham nas dinâmicas e na evolução dos movimentos sociais através da forma como representam as suas atividades e iniciativas. A cobertura mediática condiciona por isso a perceção em relação ao que se faz ou diz sobre um determinado movimento ou associação (Perlmutter & Wagner, 2004), ou seja, contribui, através das representações dominantes, para a imagem que muitas vezes se tem sobre determinado movimento.

Se é verdade que esta relação entre os meios de comunicação e os movimentos associativos não é nova, o mesmo não se pode dizer em relação às novas tecnologias de comunicação e ao papel que estas assumem nas sociedades contemporâneas junto dos meios tradicionais. “*Nos dias de hoje os movimentos sociais colocam o enfoque nos objetivos imediatos cujo impacto se mede em larga medida pela sua visibilidade pública (sobretudo através da TV) mas, lado a lado com essa visibilidade, as redes virtuais, com as suas cumplicidades e formas subterrâneas de comunicação, de solidariedade e denuncia, apoiadas noutros meios tecnológicos (Internet, telemóveis) seguem o seu curso*” (Estanque, 2005, p. 20).

Assim, para abordarmos a questão dos meios tecnológicos, como refere Elísio Estanque, e particularmente o papel que as redes sociais podem ter na ação do movimento associativo, começamos por considerar a *Internet*, num âmbito mais lato, e no seu carácter enquanto tecnologia social e de informação (Cardoso, 1998). Entendemo-la enquanto tecnologia de informação, à qual recorremos para pesquisar e aceder à informação, mas também como tecnologia do social, uma vez que esta configura um espaço onde os atores estabelecem redes de sociabilidade, interação e procuram comunidades de pertença (Cardoso, 1998). Contudo, não partimos do pressuposto que existe uma relação de causa/efeito entre a introdução das novas tecnologias e o incremento de participação no movimento associativo, pois temos perfeita consciência que as ferramentas tecnológicas estão sempre dependentes do uso que se lhes dá. É preciso que os utilizadores se sintam motivados para explorar as capacidades da *Internet*, ou seja, mais do que o meio, é o contexto humano que vai condicionar a possibilidade de comunicação entre os diferentes atores<sup>ii</sup> (Bennet, 2003, p. 18).



Tendo como ponto de partida estas duas ideias fundamentais, consideramos que uma das novidades introduzidas pela *Internet* e pelas redes sociais está relacionada diretamente com a obtenção, produção, partilha e divulgação de informação. Embora muitos dados não cheguem às redes, a verdade é que aqueles que por lá circulam são amplamente difundidos, ultrapassando limites geográficos e atingindo os locais mais remotos. Este carácter de amplificador e difusor da informação é destacado por Bennet enquanto uma das características distintivas da utilização da *Internet*, por exemplo, por parte dos ativistas globais (2003, p. 19).

Para além da questão da informação, um outro aspeto introduzido pela *Internet* e pelas redes está relacionado com os espaços que se abrem para a promoção de debates e ações comunicativas, sobretudo daqueles que são frequentemente esquecidos ou silenciados pelos meios de comunicação de referência. Sujeitas a menor controlo, as redes funcionam como esferas relativamente abertas para a circulação de ideias que não necessitam dos outros *media* para obterem informação ou reconhecimento, mas que acabam por ser, quase sempre, alvo dessa cobertura. Os espaços de interação disponibilizados pelas redes são considerados como um dos principais elementos que podem fazer a diferença em relação aos meios convencionais, como a rádio, a televisão e a imprensa, onde os ritmos e os espaços para a contestação ou resposta são consideravelmente mais reduzidos.

Neste sentido e apesar das formas mais convencionais e tradicionais de comunicação continuarem a ser muito importantes, a verdade é que as novas tecnologias de informação e comunicação, e particularmente a *Internet* e as redes sociais introduzem um conjunto de recursos inéditos no que diz respeito à transmissão e difusão de mensagens e às possibilidades de interação.

## **6. Metodologia e desenho da investigação**

A recolha e análise de dados propôs-se ajudar a perceber se as redes sociais se constituem como um novo mecanismo a ser considerado e utilizado pelas associações no sentido de captar e capacitar os sujeitos para a intervenção cívica. A investigação assumiu, desta forma, uma dimensão qualitativa, pois procurou analisar “*os fenómenos a partir da perspetiva do outro ou respeitando os seus marcos de referência e o interesse em conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social (...)*” (Almeida e Freire, 2000, p. 111). Neste sentido, a primeira técnica utilizada referiu-se ao mapeamento e à observação de algumas das atividades desenvolvidas pelas associações nas redes sociais. Mais concretamente, esta observação permitiu a recolha de dados que auxiliaram a posterior elaboração do guião da entrevista.

Optámos então, enquanto principal técnica de recolha de dados, pela entrevista aos diretores das associações, uma vez que, independentemente da natureza do objetivo esta é “*utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo*” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 134). Mas neste caso em particular e tendo em conta, entre outros fatores, a dispersão dos entrevistados, optámos pela entrevista on-line assíncrona, um método novo e inovador, que segue algumas das linhas das entrevistas presenciais, mas que se caracteriza sobretudo pelo facto de que os intervenientes não precisarem de estar no mesmo espaço e o entrevistado poder ajustar o seu tempo para responder.

Assim, e tendo como referência os diferentes tipos de entrevista postulados por Ghiglione e Matalon (1992) (não diretiva, semi-diretiva e diretiva), utilizámos a entrevista não diretiva, uma vez que as questões foram colocadas de forma aberta e o entrevistado pode livremente desenvolver o seu próprio raciocínio, de acordo com o seu quadro de referência. Entendemos que desta forma corremos menos riscos no que diz respeito a problemas de entendimento.

Conhecidos os métodos utilizados, importa agora perceber qual o critério utilizado para a seleção do *corpus*, ou seja, que tipo e quais as associações que foram alvo de análise. Começámos por considerar a tipologia de Viegas (2004, 2010) e a divisão entre associações de integração social, as associações de defesa de interesses de grupo e as associações que expressam os novos movimentos sociais. Tendo em conta as associações que cabem dentro de cada um destes grupos, utilizámos como critério a antiguidade, ou seja, procurámos analisar e obter respostas por parte dos responsáveis das associações fundadas à mais tempo, mas que já marcam

presença nas redes sociais. O nosso intuito era portanto perceber qual o motivo que as levou a marcar presença nas redes e qual a importância que atribuíam às novas tecnologias.

Esta foi a primeira abordagem mas apesar das sucessivas tentativas não foi possível obter respostas por parte destas associações, e uma vez que as respostas por parte dos responsáveis são um elemento chave neste trabalho, fomos obrigados a adotar uma estratégia diferente e menos criteriosa. O caminho seguido foi então o de enviar a entrevista para um conjunto abrangente de associações na tentativa não só de aumentar as possibilidades de resposta à entrevista mas ao mesmo tempo conseguir que todos os tipos de associações fossem representados.

Contudo, e apesar de termos obtido várias respostas aos contactos efectuados, a verdade é que muitas delas não se transformaram em respostas, pelo menos no período estabelecido inicialmente, e nesse sentido não foram consideradas no presente estudo, ficando também por isso este trabalho ainda em aberto, no sentido de no futuro aprofundarmos a análise, nomeadamente com maior número de associações. Neste sentido, e excluído qualquer tipo de tentativa de representatividade, optámos por encarar o estudo como um estudo de caso múltiplo, ou seja, considerando cada associação que nos respondeu como um caso particular. Conscientes de que esta estratégia limita qualquer tentativa de extrapolação, considerámos que, em virtude das respostas que obtivemos até ao momento, era a única viável. Obtivemos assim respostas das seguintes associações: “Associação Portuguesa de Cidadania Activa”; “Associação Cultural Transcudânia”; “Associação de Solidariedade Sem Fronteiras”, “Campo Aberto - Associação de Defesa do Ambiente” e “APDC - Associação Portuguesa de Direito do Consumo”.

Antes de passarmos à análise dos dados apresentamos brevemente cada um das associações para que se perceba a sua missão e, ao mesmo tempo, enquadramo-las nos grupos anteriormente considerados para distinguir os diferentes tipos de associações. A “Associação Portuguesa de Cidadania Activa” é “uma associação sem fins lucrativos apartidária, que incentiva a participação ativa dos cidadãos e fornece informação qualificada para fomentar uma maior capacidade crítica e participativa”. Enquanto associação de defesa dos direitos de cidadania esta enquadra-se no grupo das associações que expressam os novos movimentos sociais.

Já os responsáveis da “Associação Cultural Transcudânia” definem a sua missão em torno da proteção e divulgação do património histórico e natural de um concelho em particular, o do Sabugal, no âmbito do turismo cultural e ambiental e numa dimensão nacional e transfronteiriça. Enquanto associação cultural e recreativa esta insere-se no âmbito do grupo das associações de integração social. A “Associação de Solidariedade Sem Fronteiras”, funcionando também como associação sem fins lucrativos, tem um conjunto de objetivos muito amplo e pretende neste sentido não só apoiar idosos, como também contribuir para a inserção e reinserção social, ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento local, a coesão cultural e social e a participação cívica. Apesar dos múltiplos domínios onde pretende intervir, funciona sobretudo enquanto associação de solidariedade social e portanto faz parte do grupo de associações de integração social.

No campo das associações ecologistas e ambientais obtivemos resposta da “Associação Campo Aberto”, uma associação sem fins lucrativos que visa a defesa e valorização do ambiente, do património natural e a conservação da natureza. Por fim, a “APDC - Associação Portuguesa de Direito do Consumo” respondeu também às nossas perguntas, sendo uma associação que procura a promoção dos interesses e a proteção dos direitos dos consumidores. Conhecidas as associações, apresentamos no ponto seguinte os resultados, focando particularmente as respostas por parte dos responsáveis das associações.

## **7. Apresentação e discussão dos resultados**

Como referimos anteriormente, iniciámos a nossa análise com uma breve observação exploratória das cinco associações, particularmente no que diz respeito à sua presença na *Internet*. Assim, verificámos a presença das cinco associações no *Facebook* e que quatro iniciaram a sua atividade nesta rede em 2010. A primeira foi a “Associação Campo Aberto (23 de Fevereiro), dois meses mais tarde a “Associação Solidariedade Sem

Fronteiras” (28 de Abril), depois a “Associação Transcudânia” (9 de Maio) e por fim a “Associação Portuguesa de Cidadania Activa” (Julho de 2010). A “Associação Portuguesa de Direito do Consumo” é a associação que mais cedo entrou nesta rede, ainda no decorrer do ano de 2009 (18 de Outubro). Observámos igualmente que as cinco associações, no que diz respeito a redes sociais, privilegiam sobretudo o *Facebook*, no entanto realçamos que a “Associação Campo Aberto” marca também presença no *Twitter*, partilhando aí as suas informações através de um sistema partilha para diferentes plataformas. Esta aposta no *Facebook* pode encontrar justificação no tipo de recursos disponíveis nesta rede, quando comparada com outras, nomeadamente a possibilidade de publicar imagem, som e texto simultaneamente, mas também a possibilidade de conversação em tempo real.

Para além das redes sociais, procurámos saber se as associações mantêm uma presença ativa na *Internet*, ou seja, se para além de estarem na rede já indicada, têm uma página própria, um *site* ou um *blog*. São os casos da “Associação Portuguesa de Cidadania Activa” e da “Associação Campo Aberto”, que têm um *site*, mas também da “Associação Transcudânia” e da “Associação Portuguesa de Direito do Consumo” que para além de um *site* têm ainda *blogs*. Já a “Associação Solidariedade Sem Fronteiras” tem apenas um *blog*. Para além da presença procurámos também averiguar se essas páginas se encontravam atualizadas e desta forma estabelecer como hipótese que, com a presença no *Facebook*, os restantes espaços são de certa forma relegados para um segundo plano, uma vez que todo o esforço se passa a concentrar nesta rede social.

Com efeito, tivemos oportunidade de verificar que com exceção do *blog* da “Associação Transcudânia” e dos *sites* da “Associação Campo Aberto” e da “Associação Portuguesa de Direito do Consumo”, todos os restantes *sites* ou *blogs* se encontram de alguma forma desatualizados. Referimo-nos particularmente ao *site* da “Associação Transcudânia” cuja última actualização data de 8 de Abril de 2012, mas também ao *blog* da “Associação Solidariedade Sem Fronteiras” que não é actualizado desde 11 de Fevereiro de 2011. No caso da “Associação Portuguesa de Cidadania Activa”, apesar de não sabermos a data de atualização, uma vez que os conteúdos são, na sua maioria, os mesmos e apenas com informação sobre a missão, objetivos e contatos, podemos verificar que a última iniciativa organizada pela associação e promovida no *site* data de Abril de 2012. Assim, e pelo menos em parte, confirma-se a nossa hipótese quanto à menor importância atribuída pelas associações a outros espaços na *Internet*, a avaliar pela atualização de que os mesmos são objeto.

Depois de procedermos a esta observação exploratória, questionámos os responsáveis das associações no sentido de perceber não só a importância do envolvimento associativo, mas também de que forma estes consideram que os baixos índices de envolvimento em Portugal podem sofrer alterações com as novas tecnologias. Assim, e numa primeira fase percebemos que os presidentes das associações consideram que o envolvimento associativo é muito importante no contexto das sociedades democráticas porque, como refere o Presidente da “Associação Portuguesa de Cidadania Activa”, este envolvimento permite “uma maior consciência por parte dos cidadãos do seu papel na sociedade, por outro lado, o exercício de uma cidadania mais activa”. No entanto, o Presidente da “Associação Transcudânia” realça que as consequências do envolvimento associativo para a democracia “(...) *podiam ser melhores, se os interesses pessoais não ultrapassassem os interesses comunitários*”. Também o Diretor da “Associação Portuguesa de Direito do Consumo”, chama a atenção para o facto do associativismo ser a essência da democracia mas apenas quando é autêntico e não resultado de “(...) *uma qualquer associação para jogar à malha ou reinventar cantigas*”. Estas respostas introduzem na discussão do envolvimento associativo aspetos importante e que estão relacionados com os interesses que se sobrepõem à ideia de comunidade e os tipos de associações.

Partindo desta ideia em relação à importância que as associações têm, dirigimos as nossas perguntas para as mudanças que o envolvimento associativo tem sofrido nos últimos anos, colocando como hipótese que essas mudanças estão diretamente relacionadas com as novas tecnologias. Neste contexto, as respostas evidenciam uma vez mais realidades diferentes. Por um lado, o Presidente da “Associação Solidariedade Sem Fronteiras” considera que as novas tecnologias e em particular a *Internet* veio facilitar sobretudo a troca de informação. O responsável por aquela associação destaca mesmo que “(...) *anteriormente quem fundava uma associação teria perante os outros de ser "um ser" muito conhecedor, ter uma situação financeira muito diferenciada dos restantes ou seja resumidamente a população não acreditava que qualquer um poderia fundar uma*

*associação, porque nem todos eram possuidores de capacidades nem de recursos. Atualmente esta questão não se coloca, pois a Internet veio colocar disponível para todos, um leque diversificado de informação que facilita essa situação*". Já o responsável da "Associação de Defesa dos Direitos de Cidadania" tem algumas reservas em relação às mudanças e sobretudo se estas afetaram efetivamente as associações, não duvidando, contudo, do poder das novas tecnologias e salientando a importância destas no número de petições que têm surgido e também na mobilização para manifestações. Esta questão da mobilização que é importante no âmbito deste trabalho, uma vez que um dos nossos objetivos passava por perceber que as redes eram utilizadas como potencial meio de mobilização. Contudo, o responsável pela associação recreativa e cultural não partilha desta ideia, por considerar que as novas tecnologias não mudaram o fundamental, o envolvimento efetivo, continuando-se a verificar apenas "(...) um envolvimento de bancada, dado que participam muito nas redes sociais mas no terreno não se vê nada feito". Opinião semelhante tem o Vice-Presidente da "Campo Aberto - Associação de Defesa do Ambiente" quando considera que se tem "(...) assistido a uma maior implantação de movimentos de pressão que se constituem nas redes sociais mas que, como aparecem, rapidamente se diluem".

No seguimento das mudanças que as novas tecnologias teriam introduzido, procurámos aprofundar a análise no sentido de saber se essas tecnologias da comunicação rompiam com as formas tradicionais de participação no contexto associativo. Neste contexto, as respostas foram unânimes no sentido da quebra com as barreiras geográficas, permitindo contatos e partilha de informação à distância. O responsável da "Associação Portuguesa de Cidadania Activa" realça por isso, e estabelecendo um paralelo com os meios tradicionais, que agora não é apenas o acesso à informação que é mais fácil, mas também a própria opinião que pode ser expressada de forma mais livre e sem intermediários. "*Atualmente graças às novas tecnologias qualquer cidadão pode expressar a sua opinião, ser um comentador, sem ter que recorrer aos meios clássicos como os jornais etc.*". Contudo, o Diretor da "Associação Portuguesa de Direito do Consumo" mostra alguma reserva em relação ao rompimento com as formas tradicionais, considerando que "*há ainda uma nebulosa nesse particular. Há algo de inorgânico, mas não é por uma dada manifestação poder ser marcada por sms, em espiral, que se pode dizer que há de modo institucional novas formas de associativismo, na sua etimologia*".

Também o motivo que levou as associações a marcarem presença na *Internet*, e particularmente a criarem uma conta numa rede social, o *Facebook*, é partilhado pelos responsáveis e prende-se sobretudo com a divulgação de informação e das atividades desenvolvidas, contato com os sócios, mas também a possibilidade de alcançar um maior número de pessoas, nomeadamente voluntários. Neste contexto de estabelecimento de contatos, todas as associações encaram a rede como uma forma mais fácil de contactar os seus sócios, mas acima de tudo como forma de chegar a outros públicos, na tentativa de os captar e envolver no movimento associativo. Mas para além dos contatos, o Presidente da "Associação Solidariedade Sem Fronteiras" refere também que alguns tipos de associações, como as de solidariedade, podem encontrar nas redes um espaço que facilita "(...) a "caminhada" das pessoas que por algum motivo necessitam da nossa ajuda. Podemos até dizer que temos um número considerável de pedidos de ajuda que chegam até nós pela rede social ou presencialmente mas porque tiveram conhecimento ao nível da nossa rede social".

Por outro lado, se a presença nas redes nunca fez parte das dúvidas dos responsáveis, uma vez que sempre se manifestaram conscientes da sua importância, a verdade é que enquanto associações sem fins lucrativos, a manutenção dos *sites*, *blogs* ou páginas nas redes está muito dependente do trabalho dos voluntários na atualização dos conteúdos. O Diretor da "Associação Portuguesa de Direito do Consumo" realça não só as dificuldades mas também chama a atenção para o fato da presença nas redes, em muitos casos, não se traduzir em "(...) maior adesão ao nosso ideário, nem uma adesão maciça à instituição, nem um contributo decisivo para, através da quotização, se poder manter a instituição, cujos custos fixos não são nem derogáveis nem descartáveis".

Apesar de algumas dificuldades para manterem as páginas atualizadas, como aliás tivemos oportunidade de verificar na observação exploratória, as associações procuram manter a sua presença e o máximo de informação disponível para o público, uma vez que consideram que apenas podem operar nas redes sociais enquanto entidades de mobilização cívica através da disponibilização de "(...) informação geral que possa

*ser útil, ou ter importancia para os cidadãos” (Associação Portuguesa de Cidadania Activa). “Hoje sabemos até por experiencias pessoais que se motiva mais as pessoas a participar, quanto maior for a informação. Pois sabem o quê e como vão fazer, para quê e para quem entre outros aspetos que fomentam a participação dos sujeitos, caso contrario a falta de informação causa passividade, esquecimento e coloca a questão sé é ou não viavel eu envolver-me em algo que nem sei bem o que é!” (Associação Solidariedade Sem Fronteiras). Mas para além da informação, a criação de eventos e causas é igualmente referida pelos responsáveis das associações como um aspeto importante possibilitado pelas novas tecnologias, apesar de referirem que um dos problemas associado às redes prende-se precisamente com o fato de as pessoas dizerem que vão participar mas na realidade essa participação, em muitas situações, acabar por não se verificar (Associação Transcudânia). É também neste sentido que vão as respostas do Diretor da “Associação Portuguesa de Direito do Consumo”, evidenciando algum ceticismo em relação ao funcionamento das redes sociais enquanto entidades de mobilização cívica. “Actuariam de forma consequente se conseguissem transmitir o seu ideário, constituir uma central de informações oriundas de todos os quadrantes, para poder influenciar as decisões que no plano político se tomam, as mais das vezes em detrimento do consumidor, que não em seu favor. Em bom rigor, a APDC não sente o halo da opinião pública como fator de mobilização em torno dos aspetos mais vincantes da sua intervenção. Não basta ter uma impressão positiva do que uma dúzia de idealistas faz... É preciso que o ideário galvanize cada um e todos e que cada um e todos possam harmonicamente remar para o mesmo lado, porque só a união faz a força. As coisas não podem ser meramente inorgânicas. Gosto. Aplaudo. Mas continuo no meu canto à espera que a crise passe”.*

Assim, e respondendo a uma das principais questões que nos guiou ao longo deste trabalho, fica claro que a divulgação de informação é encarada como “um dos grande pilares” para a integração, mobilização e capacitação dos sujeitos. “O acesso a mais e melhor informação fornece aos individuos desde logo maior conhecimento e consequentemente maior capacidade critica. Aumentando, assim, a sua capacidade de resistencia ao populismo e à demagogia, e fomentando o exercicio de uma cidadania mais activa” (Associação Portuguesa de Cidadania Activa). Contudo importa também perceber que existe ainda “um longo caminho, a fim de se amadurecer o “projecto” e se poder colher algo. Ponto é saber se a esfera de intervenção de cada um não é ainda a blindagem para um egocentrismo e um egoísmo ainda mais vincantes... Se isso não é, afinal, o germe de destruição de um associativismo à antiga” (Associação Portuguesa de Direito do Consumo).

Com base neste conjunto de respostas parece-nos evidente a importância que é atribuída às redes sociais, sobretudo pelas alterações que estas introduziram ao nível das condições de comunicação e partilha de informação. Do ponto de vista da mobilização os responsáveis das associações consideram igualmente que as redes aumentaram a possibilidade de contato e consequente mobilização dos cidadãos através das redes, alertando contudo para um novo fenómeno decorrente do menor enquadramento dos membros no âmbito das associações, ou seja, o carácter informal da ligação contribui para que os individuos não se sintam obrigados a participar em determinadas atividades mesmo quando afirmam a sua participação na *Internet*. O índice de informalidade e a substituição das formas presenciais pode levar a esta “falsa participação”. Assim e após refletirmos sobre o papel das associações e o envolvimento associativo na democracia e muito particularmente sobre as alterações que o desenvolvimento das novas tecnologias, e em particular a *Internet*, trouxeram ao movimento associativo, apontamos como decisivo o incremento que se verificou do ponto de vista da informação disponibilizada, que pode ser encarada como o catalisador que permite posteriormente a mobilização e intervenção cívica.

## **8. Considerações finais**

Quando nos propusemos realizar este trabalho pretendíamos refletir sobre o movimento associativo em Portugal e os baixos índices de participação dos portugueses, mas também seguir uma indicação de uma investigação realizada no contexto nacional que realçava a necessidade de realizar estudos que indagassem em que medida as novas tecnologias tinham contribuído para o surgimento de formas de associativismo novas e ao mesmo tempo alterado a própria mobilização dos cidadãos.

Chegados ao fim de um percurso que abordou a importância das associações nas sociedades contemporâneas, a realidade do associativismo em Portugal e particularmente o papel que as novas tecnologias de informação e comunicação podem ter no movimento associativo, não temos dúvidas que as associações perceberam o potencial da *Internet* e não abdicam hoje de marcar presença nesta e nos seus múltiplos espaços. Os dados recolhidos permitem-nos também concluir que, acima de tudo, os diferentes espaços na *Internet*, entre os quais se destacam as redes sociais, são encarados como plataformas para disponibilização de informação sobre as associações e as suas atividades, entendendo que esta informação é o valor fundamental para mobilizar as pessoas, ou seja, informação como condição para o envolvimento em ações, protestos e movimentos.

No entanto, não podemos deixar de observar que existe alguma crítica por parte dos próprios responsáveis das associações em relação aquilo que são as oportunidades oferecidas pela *Internet* e pelas redes e aquilo que é a ação dos atores sociais. Este fato leva-nos a concluir que as oportunidades destes novos espaços de comunicação não podem ser encaradas sem que as associemos às motivações dos próprios atores sociais.

Neste contexto, o presente trabalho e os resultados apresentados devem ser entendidos como exploratórios e preliminares, parte de um trabalho de investigação que embora comece por abordar o ponto de vista das associações, não pode deixar de considerar os atores sociais e a forma como estes encaram as novas tecnologias e a sua utilização pelas associações. Por outro lado, entendemos que por mais que as novas tecnologias da comunicação mudem o cenário do envolvimento associativo e da mobilização cívica, problemas como aqueles que afetam as democracias modernas e em particular a apatia participativa não desaparecem subitamente. É conscientes de que as mudanças resultam de uma compreensão aprofundada dos fenómenos e de uma intervenção a médio e longo prazo que pretendemos continuar a estudar o universo associativo e o seu desenvolvimento no contexto das redes sociais na *Internet* e ao mesmo tempo acompanhar a ação dos atores sociais nestes espaços para percebermos como poderá ser o futuro do envolvimento associativo num país com índices tão baixos de participação no geral.

## Referências Bibliográficas

Almond, Gabriel & Sidney Verba (1963). *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Bennet, Lance W. (2003). New Media Power. The Internet and Global Activism. In Nick Couldry & J. Curran (Eds.), *Contesting Media Power. Alternative Media in a Networked World* (pp. 17-37). Lanham: Rowman and Littlefield.

Cardoso, Gustavo (1998). *Para uma Sociologia do Ciberespaço. Comunidades Virtuais em Português*. Oeiras: Celta Editora.

Carvalho, António (2002). *Associativismo, Inovação Social, Desenvolvimento*. Algés: Confederação do Desporto de Portugal.

Delicado, Ana (2003). A Solidariedade como Valor Social no Portugal Contemporâneo. In Vala, Jorge; Cabral, Manuel V. & Ramos, Alice (Orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 5 Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 199-256). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Estanque, Elísio (2005). Activismo ou Indiferença? Recomposição social, diferença sexual e atitudes estudantis na Universidade de Coimbra. Paper apresentado na Conferência Internacional Alternative Futures and Popular Protests, 30 Março a 1 de Abril de 2005.

Halman, Loek (2003). Capital Social na Europa Contemporânea. In Vala, Jorge; Cabral, Manuel V. & Ramos, Alice (Orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 5 Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 257-292). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Kriesi, Hanspeter, Ruud Koopmans, Jan Willem Duyvendank & Giugni, Marco G. (1995). *New Social Movements in Western Europe. A Comparative Analysis*. Nimeapolis, MN: University of Minnesota Press.

- Martins, Artur (2007). *Caracterização do Movimento Associativo Popular*, Associativo, Lisboa, 36, 20.
- Norris, Pimpa (2002). *Democratic Phoenix. Reiventing Political Activis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Putnam, Robert (2000). *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*. Nova Iorque: Simon Schuster.
- Putnam, Robert (1993). *Make Democracy Work. Civic Traditions on Modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Tocqueville, Alexis (2001). *Da Democracia na América*. Cascais: Principio.
- Van Deth, Jan & Kreuter, Frauke (1998). Membership of voluntary associations. In Jan Van Deth (Org.), *Comparative Politics. The Problem of Equivalence* (pp. 135-155). Londres: Routledge.
- Viegas, José Manuel Leite, Faria, Sérgio & Santos, Susana (2010). Envolvimento associativo e mobilização cívica. O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva. In José Manuel Leite Viegas, S. Santos & Sérgio Faria (Orgs.), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha* (pp. 157-180). Lisboa: Mundos Sociais.

---

<sup>i</sup> Segundo a Comissão Nacional de Eleições (CNE), a abstenção (41,97%), os votos nulos (1,42%) e os votos em branco (2,66%) bateram recordes nas últimas eleições legislativas em Portugal. A preocupação aumenta em relação aos restantes actos eleitorais, como nas últimas eleições presidenciais (2011), em que mais de metade dos eleitores (53,48%) não votou, bem como na última votação para o Parlamento Europeu (2009), onde o nível de abstenção foi de 63,22%. Os dados em relação ao último referendo realizado em Portugal também são reveladores do afastamento dos cidadãos em relação às questões públicas, uma vez que 56,43% dos eleitores inscritos não responderam à pergunta se concordavam ou não sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas 10 primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado? (CNE, 2007).

<sup>ii</sup> Para além da motivação importa considerar uma questão fundamental que se prende com as possibilidades de acesso à Internet, as condições sócio-económicas e as competências dos indivíduos para lidar com as tecnologias. Não podemos por isso ignorar a *digital divide* e a infoexclusão, questões sempre presentes nos debates sobre a sociedade da informação.